

País vai crescer menos em 1999

■ Equipe do Presidente prevê um aumento do PIB abaixo de 4%

A equipe que elaborou o programa de governo do presidente Fernando Henrique refaz os cálculos de crescimento para o próximo ano. O aumento do Produto Interno Bruto será muito pequeno, bem abaixo dos 4% previstos antes da crise. A expectativa é de dias difíceis para 1999, principalmente no primeiro semestre. Os assessores do Presidente, no entanto, não prevêem recessão, mesmo depois de aprovadas as medidas fiscais no Congresso.

“Não teremos um PIB negativo no ano que vem, mas cres-

ceremos muito pouco”, admitiu o professor Carlos Américo Pacheco, responsável pela elaboração das metas do governo para os próximos quatro anos. O ajuste fiscal, segundo ele, não altera as metas do programa, apenas atrasa a realização de algumas delas. “Quando nós elaboramos o documento, olhamos a médio prazo, não só a conjuntura. O programa foi feito em um contexto de crise estrutural”, disse.

A crise, segundo Pacheco, criou um ambiente político favorável a que as reformas sejam votadas no Congresso. “No discurso (de quarta-feira), o Presidente deixou claro que é preciso aprová-las com urgên-

cia. Acho que conseguiremos fazer isso com razoável rapidez para que não se percam anos discutindo reformas”, afirmou. A negociação do Governo com as lideranças políticas e governadores eleitos terá de esperar o segundo turno das eleições. “Se conseguirmos um meio de promover esse consenso, a votação no Congresso acelera”, disse.

Cortes

O Governo espera que a reforma da Previdência seja concluída logo depois das eleições, mas não tem a mesma expectativa em relação à reforma tributária. O importante, segundo o professor, é que a

discussão seja retomada. A proposta de modificação no sistema tributário brasileiro não deverá alterar a atual carga tributária, garante o professor. De acordo com Pacheco, o Governo deverá propor um rearranjo do sistema para se criar a possibilidade de ganhos marginais, como na redução da sonegação. Entre as propostas da reforma, está a desoneração das exportações da folha de pagamento das empresas, a redução dos impostos na produção, o combate à informalidade e a ampliação da base de arrecadação.

GERUSA MARQUES

Repórter do Jornal de Brasília